

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE ENGENHARIA DE SÃO CARLOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Crise e Habitação (Natal, 1950-1966)

Definição de linhas de intervenção estatal Um exercício metodológico...

Monografia apresentada à disciplina “Habitação, Metrópole e Modos de Vida”, ministrada pelo Prof. Dr. Marcelo Tramontano, como requisito parcial à conclusão do mestrado em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo, da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC/USP).

MESTRANDA: **CALIANE CHRISTIE OLIVEIRA DE ALMEIDA**
ORIENTADORA: PROF^A. DR^A. TELMA DE BARROS CORREIA

SÃO CARLOS
JANEIRO, 2006

Sumário

INTRODUÇÃO; 03

METODOLOGIA; 05

1. NATAL E A CRISE HABITACIONAL DA DÉCADA DE 1950

A DÉCADA DE 1950 E O SURGIMENTO DAS FAVELAS; 07

2. AS SOLUÇÕES GOVERNAMENTAIS

A CRIAÇÃO DE ÓRGÃOS E A ELABORAÇÃO DE LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA; 10

A CRIAÇÃO DE BAIRROS, CONJUNTOS E LOTEAMENTOS; 11

CONCESSÃO DE TERRENOS E CONSTRUÇÃO DA CASA PRÓPRIA; 14

CONSTRUÇÃO DE ABRIGOS TEMPORÁRIOS; 16

FINANCIAMENTOS PARA A CONSTRUÇÃO DE HABITAÇÕES POPULARES... A ATUAÇÃO DOS IAP'S E DA FUNDHAP; 16

REMOÇÃO E/OU CAPACITAÇÃO DE FAVELAS; 18

REFORMA E QUALIFICAÇÃO HIGIÊNICO/ESTÉTICA DE HABITAÇÕES; 19

CONSIDERAÇÕES FINAIS; 21

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS; 23

Em fins da década de 1950, a capital norte-riograndense – Natal – passou por um momento deveras conturbado, em que a crise nos serviços e a precariedade da infra-estrutura se confrontavam com os anseios da elite que a administrava. Esse momento também foi marcado por um significativo aumento populacional desencadeado pelo intenso fluxo migratório resultante da ocorrência de uma grande seca no estado nesse período¹.

As ações públicas não acompanharam o ritmo das mudanças ocasionadas pelo rápido crescimento do número de habitantes. Como uma das consequências desse processo, uma parcela da população viu-se sem emprego e moradia. Aumentou então o número de favelas na cidade, o que deu visibilidade à crise e se tornou um empecilho a efetivação dos projetos pensados e almejados pela elite administrativa.

As intenções dos administradores da capital nesse momento foram convencionalmente chamadas pelas publicações diárias de “projetos de modernização” e se referiam, de maneira geral, a industrialização e ao embelezamento da cidade. No que concerne a habitação, “(...) dar cabo da moradia insalubre [e feia] dos pobres passa a ser um jogo ao qual vão dedicar-se os homens ‘de bem’, no intuito de prepara-los e educa-los para viver na nova sociedade [moderna]” (TRAMONTANO, 1998, p.82. Grifo nosso).

Diante dessa conjuntura, emergiram as seguintes questões: como o poder público lidou com o problema das favelas na cidade? Em que linhas a elite atuou para combater os problemas habitacionais da população carente de Natal neste momento? O objeto de estudo conforma-se, desse modo, na relação entre o problema de moradia da população de baixa renda e as ações da administração pública nesse setor.

Dessa forma, a presente monografia se propõe a realizar dois exercícios. O primeiro consiste em entender, em linhas gerais, o contexto em que se deu a crise habitacional na cidade e identificar os principais fatores responsáveis pela sua ocorrência. O segundo exercício, principal e mais específico, refere-se à definição das linhas de atuação governamental no setor habitacional nesse momento, assim como, a caracterização a partir das variáveis pré-estipuladas (ver metodologia) e, quando possível e/ou necessário, a exemplificação dessas intervenções.

Cabe ressaltar que o estudo não se propõe a classificar todas as intervenções públicas no setor habitacional nesse período, nem ao menos, enumerá-las uma a uma, objetivou-se especificar o modo pelo qual a administração pública atuou no campo da moradia social,

¹ Texto formulado a partir de dados encontrados nos periódicos em circulação na cidade no período em questão.

definindo e caracterizando com o auxílio de variáveis, as linhas de ação – intervenção física em habitações, construção de novos espaços, melhoramento de áreas existentes, produção direta de moradias, auxílios financeiros, incentivos a colaboração de outros agentes sociais, dentre outros. É evidente que algumas das principais realizações estatais nesse sentido foram citadas e, por vezes, comentadas e mais detalhadas. Portanto, o estudo ora apresentado trata-se de um exercício metodológico.

Esse estudo, apesar de preliminar, é uma contribuição para o entendimento de como se deu início ao processo de concepção de grandes conjuntos habitacionais pela administração pública, iniciado no momento seguinte, tendo na conclusão da primeira etapa do conjunto “Cidade da Esperança” em 1966, o primeiro referencial. Assim como, para o conhecimento de algumas questões acerca da favelização de Natal, processo iniciado em meados dos anos de 1950; mais de uma década depois do início desse processo no Rio de Janeiro (VAZ, 2002).

Ao enfatizar um período pouco abordado pela historiografia local e por estar inserida no recorte temporal do projeto de pesquisa em desenvolvimento no Mestrado em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, do programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da EESC-USP, intitulada “Habitação Social: gêneses e produção. Natal (1889-1964)”, a realização da monografia aqui apresentada foi de significativa importância.

De maneira geral, o estudo foi formulado a partir da análise do discurso oficial que justificou as ações da administração pública frente a crise habitacional verificada em fins da década de 1950. Nesse sentido, o recorte temporal da pesquisa compreende os anos de 1950, essencialmente o de 1958 – ano de ocorrência de uma grande seca no estado – até o ano de 1966, quando se deu a conclusão das obras do bairro “Cidade da Esperança”, que marca o início do processo de concepção dos grandes conjuntos habitacionais pela administração pública em Natal.

Em relação aos instrumentos e técnicas de pesquisa, realizou-se: revisão bibliográfica das publicações relativas à habitação, ao surgimento das favelas no espaço urbano brasileiro e da historiografia local; e pesquisa documental, que corresponde à pesquisa empírica e ao levantamento de dados em fontes primárias encontradas nos arquivos públicos e privados da cidade.

Dessa forma, a monografia foi fundamentada em investigações nos periódicos locais e nos documentos oficiais da época – leis, decretos e mensagens de governo. Dentre os arquivos visitados estão: o Arquivo Público do Estado, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e o Arquivo da Câmara Municipal de Natal.

Os periódicos pesquisados foram: A República (jornal oficial do estado); o Jornal de Natal (direção de Djalma Maranhão, prefeito de Natal por dois mandatos; 1956-1959/1961-1964); A Ordem (jornal vinculado à Igreja Católica); e Tribuna do Norte (direção de Aluizio Alves, representante da oligarquia oposicionista que subiu ao poder na década de 1960). Nestes se observou como as ações efetivadas pela elite política foram encaradas e interpretadas por distintas facções da sociedade, equivalentes aos grupos mencionados e responsáveis pelas publicações dos jornais. Isto possibilitou a compreensão da atuação das elites que se encontravam no poder no campo da habitação, a posição dos grupos opositores e da igreja perante essas ações, além de contribuir para a identificação de elementos (variáveis) que definiram as linhas de intervenção do Estado no campo da habitação em Natal.

Cabe ressaltar que grande parte dessas informações está contida no acervo documental do Grupo de Pesquisa “História da Cidade e do Urbanismo”², do Departamento de Arquitetura, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que consta de publicações, documentos oficiais, fotografias, mapoteca, registro de entrevistas e de um banco de dados informatizado – programa Word Access – onde se encontram as informações levantadas em periódicos locais desde o ano de 1886, além de imagens e mapas digitalizados.

² Ao qual a autora foi vinculada como bolsista de iniciação científica (2002-2005) e atualmente participa como pesquisadora voluntária.

Três etapas foram imprescindíveis para a definição das frentes de atuação estatal no setor habitacional da cidade. A primeira correspondeu ao levantamento das ações municipais e estaduais nos periódicos em circulação e nos documentos oficiais da época. A segunda etapa equivaleu ao agrupamento dessas ações de acordo com as variáveis pré-estipuladas, que se resumem: ao tipo de ação (direta ou indireta), a sua abrangência (total ou parcial), a área de intervenção (no espaço existente ou criação de novos espaços), aos limites físicos (escala da habitação ou edifício, do bairro ou da cidade), aos meios de atuação (por órgãos específicos vinculados ao Estado, por legislação, parcerias ou incentivos), a identificação dos agentes envolvidos (Gov. Municipal, Estadual, Federal, órgãos específicos, instituições privadas, Igreja Católica, população ou outros) e do governante responsável pela intervenção, ao destino da obra (população de baixa renda, migrantes, população mais abastada ou população no geral) e a origem da verba empregada (municipal, estadual, federal, parcerias, empréstimo ou outros); resultando na elaboração de um quadro (Figura 01) que em muito contribuiu para a classificação almejada das linhas de atuação governamental. Por fim, realizou-se a caracterização e a contextualização de cada uma das frentes identificadas.

Frente Identificada (especificação)	
1) Tipo de Ação	☐ Direta ☐ Indireta
2) Abrangência	☐ Parcial ☐ Total
3) Área de Intervenção	☐ Espaço Existente ☐ Novo Espaço
4) Escala da Obra	☐ Habitação ☐ Bairro ☐ Cidade
5) Meios de Atuação	Órgãos Específicos ☐ Legislação ☐ ☐ Parcerias ☐ Incentivos
6) Agentes Envolvidos	(Citar)
7) Administrador Responsável	(Citar)
8) Destino da Obra	(Citar)
9) Origem da Verba Utilizada	(Citar)

Figura 01: Esquema quadro caracterização linhas de atuação governamental.
Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados em documentos oficiais e periódicos em circulação na cidade.

1. NATAL E A CRISE HABITACIONAL DE FINS DA DÉCADA DE 1950

De modo a facilitar a definição das frentes de atuação governamental no campo da habitação em Natal, fez-se necessário a formulação de um tópico acerca do contexto em que se deu a crise de moradias marcada pelo surgimento das favelas na cidade nos anos de 1950, de modo a introduzir as questões mais específicas a que o trabalho se propõe a responder.

A DÉCADA DE 1950 E O SURGIMENTO DAS FAVELAS...

O quadro de crise econômica e social iniciada com o fim da Segunda Guerra Mundial e saída dos americanos e parte das tropas brasileiras da cidade de Natal se estendeu até a década de 1950, sendo intensificada pela ocorrência de longos períodos de estiagem no estado do Rio Grande do Norte; assolado por secas nos anos de 1951, 1953, 1955 e 1958, equivalendo a maior delas (A REPÚBLICA, 1950).

A situação se caracterizava pela perda do dinamismo das atividades comerciais – consequência da retirada do capital daqueles militares de circulação –, pelo aumento do número de desempregos e pelo agravamento de questões referentes à higiene, transporte coletivo, segurança pública, dentre outros.

A população atraída naquela época pelas diversas ofertas de emprego, guiada pelo sonho de enriquecimento, somava-se nos anos de 1950 aos migrantes que se punham em fuga do flagelo da seca³. Dessa maneira, Natal foi a cidade que mais cresceu em número de habitantes no Nordeste, nos anos de 1958/59 (DANTAS, 2003).

Eram comuns e recorrentes nos jornais locais reportagens que apontavam para o rápido crescimento por que a cidade passou, assim como, para as consequências desse processo de expansão:

Natal, para surpresa de muita gente é uma das cidades do Brasil que mais cresce (...). Do último censo pra cá a cidade aumentou a população em 50%. Há 150 mil pessoas residentes na capital potiguar (...). Além de uma cidade-porto, Natal é ao mesmo tempo, uma cidade base-militar (...) (NATAL..., 1958, p.01).

Natal foi a cidade que mais cresceu em habitantes em 1959. Porém, o preço deste crescimento foi bastante alto, tendo em vista o alto nível de desemprego tanto na capital, quanto no interior do Rio Grande do Norte. O número de flagelados no início da década de 1960 chegou a atingir 300.000 (trezentos mil) (DESEMPREGO..., 1960, p.01).

Diante dessa conjuntura, a questão da falta de habitação destinada à parcela populacional de baixa renda tomou vulto. Sem moradia e trabalho, a população carente

³ As novas técnicas agrícolas também são responsáveis pelo êxodo rural que aumentou significativamente a população ativa dos aglomerados urbanos (TRAMONTANO, 1998).

encontrou na ocupação de terras a solução aos seus problemas de primeira necessidade; o que resultou no aumento do número de favelas no espaço urbano de Natal.

Diversos artigos foram publicados diariamente expondo o emergente problema de déficit habitacional e a posição do governo perante esse quadro:

É grande a carência de casas numa cidade de poucas possibilidades como a nossa, cuja população cresce constantemente, sobretudo em face do ininterrupto fluxo de habitantes do interior. (FOLHA DA TARDE, 18/08/1961, p.02).

Os problemas sociais no Rio Grande do Norte dia a dia se acentuam sem muitas perspectivas de uma solução a curto ou a médio prazo. Dentro destes problemas está situado o da habitação. Quem anda em Natal imediatamente constata o déficit habitacional. Nos bairros mais afastados a situação se agrava com ruas inteiras repletas das chamadas de “casa de taipa” (...). As favelas são um exemplo da gravidade de um problema a muito esquecido, mas hoje lembrado pelo governo estadual preocupado com a deficiência da moradia. (A ORDEM, 02/01/1965, p.02).

As favelas, também denominadas pela imprensa local da época de “disfunções urbanas”, eram apontadas como se pôde perceber, como resultado do crescimento desacompanhado de ações efetivas do poder público no que se refere ao controle e apropriação do uso do solo⁴. Eram inclusas nessa “categoria” todas as ocupações irregulares, de traçados variados, assentamentos sem planejamento ou infra-estrutura e habitações que não condiziam com as normas de higiene e beleza estipuladas pelas elites para Natal.

Dentre as favelas que surgiram na capital norte-riograndense a partir de meados da década de 1950, pode-se citar: Mãe Luíza, Brasília Teimosa – “os primeiros bairros a se caracterizarem como favela” (DANTAS, 2003, p.152) – Novo Mundo, Aparecida, Passo da Pátria, Nazaré e Dom Eugênio.

Concomitantemente, percebeu-se nos discursos políticos verificados nos periódicos em circulação na época, o interesse da elite administrativa em modernizar a cidade, capacitando-a com a infra-estrutura necessária à consolidação das indústrias na localidade; o que foi convencionado chamar de “projeto de modernização” – influencia da nova cultura norte-americana que se tornou referencial de cidade moderna, após o término da Segunda Guerra Mundial, para as cidades de todo o mundo (TRAMONTANO, 1998). No entanto, esse projeto se esbarrava com os supracitados problemas urbanos, principalmente o da falta de renda da população para garantir habitação e do surgimento das favelas.

Dessa forma, para a consolidação da atividade industrial na localidade era preponderante garantir condições básicas de saúde e moradia para a mão-de-obra, ou seja, propiciar condições para a reprodução da força de trabalho e do capital. A habitação tornou-se

⁴ Até este momento a ausência de um órgão específico de planejamento urbano permitiu que o crescimento da cidade se desse pela disseminação de loteamentos e conjuntos habitacionais aprovados sem quaisquer critérios ou diretrizes urbanísticas; ocupações autorizadas e legalizadas muitas vezes até sem projetos urbanístico e arquitetônico (ALMEIDA, 2005).

então elemento de grande força e importância nos discursos e ações públicas do período (BONDUKI, 2002).

Havia ainda em segundo plano o desejo de transformar Natal num grande pólo turístico do país⁵, embelezando-a para os “olhos dos turistas”⁶, justificando, como em outros momentos da história da cidade – a *belle époque natalense* de início do século XX (DANTAS, 1998) – as obras de “melhoramentos estéticos”, tais como: a construção do viaduto do Baldo, da estrada de contorno até Ponta Negra; a execução do Plano Viário, com modificações no sistema de trânsito desde a Ribeira até o Alecrim; a organização de Frentes de Trabalho para realizar o calçamento de toda a cidade; a concepção de jardins, praças e parques, com as respectivas arborizações, tratamento paisagístico e instalação de mobiliário; quadras de esporte; dentre outros (A REPÚBLICA, 1959).

Percebe-se dessa forma, que as favelas ou as denominadas disfunções urbanas, incomodavam tanto a elite política – por darem visibilidade a crise, se mostrando um obstáculo à efetivação do projeto de industrialização, modernização e embelezamento proposto – quanto a população orgulhosa de sua cidade renovada por novos edifícios “modernos” e largas avenidas.

Diante desta conjuntura eram necessárias, por parte dos administradores locais, ações que propiciassem a superação do quadro de crise de moradia e descontentamento social, tanto da população sem habitação quanto daquela mais abastada, que exigia atitudes energéticas do estado para solucionar o “problema” das favelas que se dissipavam pela cidade.

2 AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

De modo geral, o estudo empírico e o levantamento de dados realizado nos arquivos públicos e privados da cidade revelaram que, nesse momento em Natal, a administração local atuou em 7 frentes para solucionar os problemas referentes à habitação, de modo a dar continuidade ao projeto de modernização proposto. São elas: a criação de órgãos e a elaboração de legislação específica; a criação de bairros, conjuntos e loteamentos; construção de albergues noturnos; concessão de terrenos para a construção da casa-própria; financiamentos para a construção de habitações populares por meio das Carteiras Prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's) e da Fundação da Casa Popular do Rio Grande do Norte (FUNDHAP), os maiores responsáveis pela concepção de moradias populares na cidade entre as décadas de 1940 e 1960 (ALMEIDA, 2005); remoção e/ou capacitação de favelas; e reforma e qualificação higiênica e estética de moradias.

Ainda no que concerne a atuação governamental no campo da habitação nas décadas de 1950 e 1960, merece destaque as duas administrações municipais de Djalma Maranhão (1956-1959/1961-1964) devido às iniciativas que primavam pelo desenvolvimento físico,

⁵ Interesse iniciado na primeira Administração de Djalma Maranhão (1956-1959).

⁶ Expressão comumente utilizada em artigos publicados nos periódicos em circulação na época.

econômico, social e cultural da cidade e pela sua gestão de caráter participativo. Para atender à nova demanda da população da capital norte-riograndense, o referido Prefeito elaborou diversos programas entre os quais se destacam: o de erradicação do analfabetismo⁷; o programa que focava a industrialização de Natal⁸, que justificou diversas intervenções em seu espaço físico; de incentivo ao turismo⁹; e o programa habitacional.

1)) Criação de órgãos e elaboração de legislação específica:

As críticas a concepção de “habitações esteticamente inadequadas ao progresso da cidade”, características do início do século XX, perduravam na década de 1950. Eram recorrentes as publicações que abordavam esta temática e que requeriam uma atitude enérgica por parte da prefeitura:

(...) venho (...) endereçar (...) a minha estranheza pelo fato de se estar construindo na rua João Pessoa, esquina da Princesa Isabel, um grande casarão que só poderia ser plantado numa dessas povoações do interior, (...). Não pode entrar na cabeça de ninguém que, diante do progresso de Natal, seja permitida a edificação de tão teratológico projeto. A fachada do prédio (...), é construída de um paredão lambido, com umas portas baixas, desengonçada, sem ao menos uma marquise para disfarçar o horror. E (...) com agravante de estar sendo construído por um engenheiro da prefeitura ...(...) (A. Z..., 08/02/1952, p.04).

Foram adotadas pela administração municipal, neste sentido, medidas restritivas de caráter estético como, por exemplo, a proibição da construção de residências na Avenida Circular (Figura 02) fora dos mais “modernos aspectos arquitetônico”, como os das edificações encontradas no Rio de Janeiro e Recife (ESTABELECIMENTO..., 18/05/1954, p.04).

Dentre as ações do prefeito Djalma Maranhão nessa frente de combate a “crise habitacional” está a elaboração de um “plano” que conduziria a expansão e o uso do solo na cidade, frente ao considerado obsoleto Plano de Sistematização elaborado por Palumbo, em 1929.

Neste sentido, o prefeito propôs a criação, em 1956, do Conselho Municipal de Urbanismo, que atuaria como órgão de consulta da administração municipal por



⁷ Programa este que passou a se chamar, em sua segunda administração (1960-1964), “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler”, que alcançou o número recorde de 31 escolas construídas em trinta dias, no ano de 1957 (A REPÚBLICA, 1957).

⁸ Processo ainda não concretizado até o momento.

⁹ Esse programa baseava-se na valorização das belezas naturais, como as praias e as paisagens, existentes em Natal. Foi criado sob este enfoque, em 1956, o Conselho Municipal do Turismo; promovendo, paralelamente, o I Festival de Folclore da cidade (A CIDADE..., 1958, p.03).

meio de uma legislação própria com o objetivo, de acordo com Dantas (2003), de consolidar uma identidade urbanística da cidade.

No momento, as edificações da cidade não se enquadravam nas normas arquitetônicas adotadas nos grandes centros. Como solução, o prefeito contratou o engenheiro Antônio Tejo e o arquiteto Arialdo Pinto para elaborar um novo Código de Obras para Natal à altura de seu progresso e de modo a evitar que “(...) mais tarde se reflitam em sua urbanização os erros que hoje ocorrem (...)” (REUNIDAS..., 1956, p.08).

Um dos principais objetivos do novo Código era por fim aos cortiços e as construções realizadas sem licença da prefeitura:

(...). De agora em diante, (...) não se poderá mais construir em Natal, sem licença. Sem alvará de permissão da edilidade e notificar a construção – a mesma será paralisada (...). Com essa exigência, outras a acompanharão, como por exemplo, a construção só poderá ocupar 60% da área do terreno; no tocante as vilas populares, apenas seis casas os podem construir conjugadas, duas a duas. Só assim (...) acabaremos com verdadeiros cortiços que criminosamente se levantam, em nossa terra (SALVO..., 1955, p.01).

Essa reforma legislativa, no entanto, não foi totalmente concretizada. A proposta do governo municipal de controle e fiscalização das construções por meio de órgãos técnicos próprios e a disponibilização dos serviços de um dos seus construtores para aqueles que não possuíssem condições de contratar um arquiteto ou engenheiro para projetar e executar a obra, também não foi efetivada (CASAS..., 1958, p.06).

Verifica-se, portanto, uma ausência de um instrumento público de fiscalização e controle da ocupação e uso do solo da cidade, assim como da qualidade estética das novas habitações, o que leva a concluir que essa produção ficou a cargo dos interesses privados¹⁰.

Criação de órgãos e elaboração de legislação específica	
1) Tipo de Ação	☐ Direta ☒ Indireta
2) Abrangência	☐ Parcial ☒ Total
3) Área de Intervenção	☐ Espaço Existente ☒ Novo Espaço
4) Escala da Obra	☐ Habitação ☐ Bairro ☒ Cidade
5) Meios de Atuação	Órgãos Específicos ☒ Legislação ☒
6) Agentes Envolvidos	☐ Parcerias ☐ Incentivos
7) Administrador Responsável	Governo Municipal e órgãos específicos
8) Destino da Obra	Prefeito Djalma Maranhão
9) Origem da Verba Utilizada	Toda a população
	Municipal (ações não concretizadas por completo)

¹⁰ “Concomitante ao descontrolado processo de urbanização e de crescimento da população, a especulação imobiliária contribuiu para a produção de muitas (...) moradias [na cidade] (...). Habitações de aluguel com grande densidade de construção e de ocupação, e o mais baratas possível. Seus construtores eram homens de pouco capital, às vezes grupos de comerciantes reunidos em uma empresa especulativa (...)” (TRAMONTANO, 1998, p.19).

2) Criação de bairros, conjuntos e loteamentos:

A criação de bairros e loteamentos periféricos representou uma das principais respostas do governo ao déficit habitacional evidenciado no período em questão. Estes vieram, por vezes, acompanhados da construção de equipamentos e serviços urbanos básicos como escolas, igreja e ampliação da cobertura de transportes coletivos.

Dentre os loteamentos promovidos pelo governo municipal, pode-se citar: o loteamento realizado na rua Coronel Estevan, no bairro do Alecrim, em 1950; o loteamento no bairro de Santos Reis, no prolongamento da Avenida Circular, em 1955, cujos lotes mediam “(...) no mínimo, 10 metros de frente por 15 de fundo, ao preço de 50 e 70 cruzeiros o metro quadrado (...)” (NA CAMARA..., Jornal de Natal, 03/08/1955, n.1174, p.04); o realizado na Praia do Forte e o Monte Carlos, ambos situados nas imediações de Santos Reis, datando de 1957; um em Mãe Luíza, em 1958; um loteamento no bairro nas Quintas, também efetivado no ano de 1958; e o loteamento “Cidade Campestre do Jiquí” (Figura 03), concluído em 1965, que equivalia a uma área total de 500 hectares divididos em 300 lotes de grandes dimensões.

A proliferação dos loteamentos ocasionou na consolidação de novos bairros na cidade como o de Boa Sorte, próximo ao Tirol, a Vila Popular, onde “(...) diversas famílias desta capital e do interior estão adquirindo lotes de terrenos para a edificação de casas residenciais”. (NASCE..., 1957, p.08), Praia do Forte, Mãe Luíza, Rocas e as chamadas, Vila de Parnamirim, Ponta Negra, Redinha e Igapó.



Figura 03: Loteamento “Cidade Campestre do Jequi”, 1963.
Fonte: FERREIRA et al., 2003.

Dentre os principais fatores que contribuíram para a “expansão da cidade” está a ampliação da rede elétrica, iniciada na década de 1960 pelo governador Dinarte Mariz e concluída por Aluizio Alves, por meio da Operação Nordeste que trouxe para Natal a energia elétrica de Paulo Afonso. Essa inovação, além de ter sido decisiva para a valorização do solo e intensificação do mercado imobiliário, representou um atrativo às indústrias na região (ALMEIDA, 2005).

Em âmbito estadual merecem destaque os programas habitacionais implementados a partir de 1961 pelo Governador Aluizio Alves. Para efetivá-los, Aluizio buscou financiamentos junto a órgãos nacionais e internacionais, como a USAID – Aliança para o Progresso – que tinha na figura do Presidente Norte-americano, Kennedy, seu principal articulador; representando uma das mais significativas parcerias neste sentido (ALVES, 2001).

É digno de relevância o Plano de Habitação Popular do Rio Grande do Norte, que previa inicialmente a construção de 300.000 (trezentas mil) casas populares. Para a efetivação deste Plano foi imprescindível a colaboração da USAID e a instituição, em 1963, da Fundação da Habitação Popular do Rio Grande do Norte – FUNDHAP.



Figura 04: Conjunto residencial Cidade da Esperança.
Fonte: HCURB, acervo em processo de catalogação.

Dentre os programas desenvolvidos pela FUNDHAP, destaca-se o “conjunto residencial operário Cidade da Esperança” (Figura 04) que data de 1966, cuja capacitação foi resultado de uma parceria entre a supracitada fundação, a USAID e a SUDENE. Sua criação foi efeito de um discurso que almejava a construção de uma “cidade com perspectivas mais felizes e mais seguras” (A ORDEM, 02/01/1965, p.02), destinada a população de baixa renda; possuindo em 1966, cerca de 587 casas construídas, 672 em vias de construção (A ORDEM, 20/08/1966, p.05), além de vinte unidades residenciais viabilizadas pelo IPE¹¹ – Instituto de Previdência do Estado – reservadas aos funcionários públicos mais necessitados (ALVES, 2001).

Criação de bairros, conjuntos e loteamentos	
1) Tipo de Ação	☒ Direta ☐ Indireta
2) Abrangência	☐ Parcial ☒ Total
3) Área de Intervenção	☐ Espaço Existente ☒ Novo Espaço
4) Escala da Obra	☐ Habitação ☐ Bairro ☒ Cidade
5) Meios de Atuação	Órgãos ☐ Específicos ☐ Legislação ☐ ☒ Parcerias ☐ Incentivos
6) Agentes Envolvidos	Governo Municipal e Estadual, USAID, FUNDHAP e SUDENE
7) Administrador Responsável	Prefeito Djalma Maranhão e Governador Aluísio Alves
8) Destino da Obra	População de baixa renda
9) Origem da Verba Utilizada	Governo Federal, Municipal e parcerias internacionais

3) Concessão de terrenos e construção da casa própria:

Os projetos de reforma urbana e regularização fundiária realizados nas áreas de Mãe Luíza e, principalmente, Brasília Teimosa, marcam a posição do poder municipal nesta frente de combate a crise de moradias; tendo o prefeito Djalma Maranhão como seu propulsor.

¹¹ Tal instituto foi criado em 1962, devido ao programa de Assistência Social, proposto pelo Governo do Estado naquele mesmo ano, com objetivo de “prestar serviços de assistência médica, auxílio maternidade, pensão, pecúlio e assistência financeira” (ALVES, 2001, p.90).

Essas áreas foram loteadas e arrendadas pelo poder municipal e vendidas à população de classe média a partir de 1954, mas, com o passar dos anos foram invadidas pela população sem condições de custear uma residência e por aquela que fugia das secas que assolavam o interior do Rio Grande do Norte. Em fins da década de 1950 o quadro de higiene e salubridade das habitações ali instaladas era preocupante a todos em Natal.

A situação dessas localidades era freqüentemente exposta em artigos dos jornais locais, principalmente, os de que faziam frente oposta a Djalma Maranhão. Essas publicações revelavam também o desejo político em resguardar a estética das praias da capital desde a formulação do Plano de Sistematização, em 1929:

O Prefeito Municipal de Natal, usando das atribuições que lhe são conferidas (...) e ainda Considerando a necessidade de defender o Plano Geral e Sistemático de Urbanização da Cidade; considerando ser vital para a consecução desses objetivos a preservação da orla marítima, pois as praias se constituem parte fundamental da sistemática urbanística de Natal; considerando que a Prefeitura Municipal de Natal promoveu os loteamentos de terrenos nas datas de 27 de Dezembro de 1954 e 23 de Janeiro de 1958, sem que até hoje tenham sido atendidas as exigências das respectivas leis autorizativas e dos títulos posteriores expedidos; considerando que muitos lotes (...) já aforados foram ocupados (...) sem que os proprietários (...) adotassem quaisquer providências para resguardar dos seus possíveis interesses, prejudicando com essa omissão o Plano Urbanístico e Habitacional da Cidade; Considerando que, com as sucessivas e desordenadas invasões (...) Brasília Teimosa constitui hoje um problema eminentemente social; Considerando que as condições de moradia em Brasília Teimosa passaram a constituir problema social de reconhecimento gravidade pelos seus aspectos de salubridade e higiene (EM BRASÍLIA..., 1962, p.01).

Em 15 de junho de 1962, o prefeito assinou decreto, baseado na Constituição Federal, na Lei Orgânica dos Municípios e na Lei Federal de Desapropriação, declarando de utilidade pública e interesse social os terrenos de Mãe Luíza e Brasília Teimosa. (DANTAS, 2003, p.183).

A área de Brasília Teimosa foi desapropriada e os quase dois mil lotes distribuídos às famílias de baixa renda. Os lotes eram, neste sentido, entregues gratuitamente e em caráter de usufruto às famílias carentes com estado de pobreza comprovado. Impedia-se, dessa maneira, a negociação dos lotes por seus ocupantes permitindo, porém, a transferência dos terrenos de pai para filho; revelando o caráter populista de suas ações. As intervenções realizadas em Mãe Luíza, por sua vez, se inseriram na sexta frente governamental de combate à evidente crise.

O programa de desapropriações de terrenos teve continuidade até o fim do segundo mandato do prefeito, em 1964¹², revelando sua intenção em regularizar a situação dos flagelados na cidade, que ocupavam terrenos irregularmente, sem as mínimas condições de higiene e infra-estrutura.

Outro projeto que merece destaque no segundo mandato de Djalma Maranhão, refere-se à construção de casas populares para o funcionalismo municipal. Este programa possibilitou

¹² Quando, devido ao Golpe Militar de 1964, foi deposto.

a construção no bairro das Quintas, com recursos exclusivos da prefeitura, de cerca de dez casas, cada qual, com sala com dois ambientes, três quartos, cozinha, banheiro, jardim frontal e quintal, e mais 113 residências no bairro das Rocas.

Ainda tratando da concepção direta de habitações por parte da administração pública, pode-se citar: a construção do primeiro grupo de 55 casas da Vila Ferroviária, realizada pelo governo municipal e localizada no bairro das Rocas, em 1954 (VILA..., Jornal de Natal, 24/12/1954, n.1000, p.03); a construção de outras 12 residências na rua da Tração, no Alecrim e 10 unidades na rua General Glicério, nas Rocas, ambas em 1954, também credenciadas ao municipal; dentre outros.

Concessão de terrenos e construção da casa própria	
1) Tipo de Ação	☒ Direta ☐ Indireta
2) Abrangência	☐ Parcial ☒ Total
3) Área de Intervenção	☒ Espaço Existente ☐ Novo Espaço
4) Escala da Obra	☐ Habitação ☒ Bairro ☐ Cidade
5) Meios de Atuação	Órgãos ☐ Específicos ☐ Legislação ☒
	☒ Parcerias ☐ Incentivos
6) Agentes Envolvidos	Governo Municipal
7) Administrador Responsável	Prefeito Djalma Maranhão
8) Destino da Obra	População de baixa renda, principalmente, migrantes
9) Origem da Verba Utilizada	Governo Municipal

4) Construção de abrigos temporários:

Como já foi dito anteriormente, durante toda a década de 1950, Natal recebeu uma grande leva de migrantes em decorrência de estiagens tão comuns nesses anos. A construção de abrigos temporários ou dos chamados “Albergues Noturnos” foi uma solução de resguardo bastante empregada pelo poder público na época.

Os Albergues vieram substituir os dispensários e abrigos largamente concebidos nas décadas de 1920 e 1930, se distinguindo, porém, por não oferecer amparo em tempo integral aos mais necessitados. Eram destinados apenas a “(...) abrigar, durante as horas da noite, aqueles que não tem onde dormir, (...)” (ALBERGUE..., 15/12/1951, p.04). Em dezembro de 1951 foram concluídas as obras do primeiro dos albergues, situado na antiga Rua Guaratuba, próximo a Maternidade de Natal; muitos outros foram concebidos na sequência.

Construção de abrigos temporários	
1) Tipo de Ação	☒ Direta ☐ Indireta
2) Abrangência	☐ Parcial ☒ Total
3) Área de Intervenção	☒ Espaço Existente ☐ Novo Espaço

4) Escala da Obra	☒ Habitação	☐ Bairro	☐ Cidade
5) Meios de Atuação	☐ Órgãos	☐ Específicos	☒ Legislação
6) Agentes Envolvidos	☒ Parcerias	☐ Incentivos	
7) Administrador Responsável		Governo Municipal	
8) Destino da Obra		Prefeito Djalma Maranhão	
9) Origem da Verba Utilizada		População de baixa renda, principalmente, migrantes	
		Governo Municipal	

5) Financiamentos para construção de habitações populares... a atuação dos IAP's e da FUNDAPH:

A construção e o financiamento de habitações destinadas ao operariado pelos Institutos de Aposentadorias e Pensão – IAP's – e pela Fundação da Habitação Popular do Rio Grande do Norte – FUNDHAP – também contribuíram significativamente na produção de moradias nesse período e, conseqüentemente, para amenizar o déficit habitacional evidenciado.

Da mesma forma que na década de 1940, nos anos de 1950 o Governo Estadual continuou a conceder terrenos aos IAP's e CAP's, em concordância com o a lei nº 92, de 24 de novembro de 1951 (TERRENO..., 24/11/1951, p.03),

Dentre os diversos conjuntos e vilas edificadas em terrenos doados pelo Governo do Estado pelos Institutos, pode-se citar: a construção de 50 residências no bairro do Tirol, em fins de 1952, pelo IAP dos Comerciantes; a edificação de um conjunto residencial também situado no bairro do Tirol, próximo à Av. Hermes da Fonseca, pela CAP dos Servidores Aéreos e Telecomunicações (TÓPICOS..., 28/10/1952, p.04; CASA..., 03/01/1953, p.04); em 1953, o IAP dos Comerciantes construiu um outro conjunto de casas no Tirol, em terreno foreiro, contendo 40 moradias do padrão A, 8 blocos de quatro pavimentos com 12 apartamentos, totalizando 68 unidades, além de uma escola e um prédio para o Serviço Social – grupo conhecido como Conjunto Residencial Novo Tirol; no mesmo ano, o Instituto construiu um grupo de 50 casas na Avenida Circular (VAI CONSTRUIR..., 26/03/1953, p.08); em 1954 foi a vez do IAP dos Servidores do Estado edificarem um conjunto no Tirol, constituído de 26 casas geminadas, duas a duas, com “(...) varanda, sala, dois quartos e demais dependências (...)” (EM NATAL..., 11/12/1954, p.01-04).

Em 1963, o governo do estado criou a Fundação da Habitação Popular – FUNDHAP¹³ – órgão responsável por amenizar as conseqüências do problema da moradia recorrente nas três últimas décadas. Em março do ano seguinte foi assinado o I Convênio de Habitação Popular

¹³ Os principais objetivos da fundação eram: 1) atender parte do déficit de habitações das camadas mais pobres; 2) contribuir para a estabilização dos custos de locação e a melhoria na oferta regular de casas; 3) possibilitar que o incremento da renda resultante da estabilização dos gastos com a habitação fosse dirigido para a elevação dos padrões de vida; 4) controlar a execução de uma experiência pioneira cujos efeitos a curto prazo, permitiriam formular um programa habitacional dinâmico, que reduziria as pressões originárias desse setor (SÉRGIO, 1965, p.02-05).

entre a FUDHAP, a USAID, o governo estadual e a SUDENE, que previa a construção de 1.000 casas até junho de 1965, equivalendo a primeira etapa do conjunto Cidade da Esperança (ALUIZIO..., 07/03/1964, p.05),.

A produção dos IAP's foi decaindo nos primeiros anos da década de 1960, finalizando sua atuação em 1964, quando a governo militar antipopulista, extinguiu os Institutos de Aposentadoria e Pensões, e centralizou a previdência no INPS – Instituto Nacional de Previdência Social – transferindo, por outro lado, as atribuições das carteiras prediais para o Banco Nacional da Habitação – BNH¹⁴ (SAMPAIO, 2002).

Financiamentos para construção de habitações populares	
1) Tipo de Ação	☒ Direta ☐ Indireta
2) Abrangência	☐ Parcial ☒ Total
3) Área de Intervenção	☒ Espaço Existente ☒ Novo Espaço
4) Escala da Obra	☐ Habitação ☐ Bairro ☒ Cidade
5) Meios de Atuação	Órgãos ☒ Específicos ☒ Legislação ☐ ☐ Parcerias ☐ Incentivos
6) Agentes Envolvidos	Governo Municipal, órgãos específicos e instituições privadas
7) Administrador Responsável	Prefeito Djalma Maranhão
8) Destino da Obra	População de baixa renda e classe operária
9) Origem da Verba Utilizada	Governo Federal e Municipal, outros

6)) Remoção e/ou capacitação de favelas:

Estas intervenções baseavam-se, principalmente, em incentivos a participação popular – mutirões e doações em geral – e no apoio dado pela Igreja Católica que a partir da década de 1940 mudara seu papel como agente social, intervindo junto ao poder público em questões que afetassem o bem estar da população, essencialmente, aquelas que assistiam a população de baixa renda. Na década de 1960, a Igreja continuou com uma atuação de parceria com o Estado, tomando posições concomitantes ao governo (PAIVA, 2000).

Suas ações foram verbalizadas na forma de Frente de Trabalhos, que atuavam nas comunidades mais carentes da cidade. Dentre elas: Mãe Luíza, Rocas, Nova Descoberta, Cidade da Esperança, Morro Branco e Carrasco.

Os objetivos das Frentes eram o de solucionar os problemas das favelas que surgiam em Natal, dotando-as de infra-estrutura necessária para amenizar as contradições com o entorno e as condições subumanas verificadas nestas localidades. Utilizava-se neste sentido, a mão-de-obra da própria comunidade onde a Frente estava atuando – fundamentalmente migrantes das secas, já instalados à capital.

¹⁴ As fontes e os recursos para essa instituição eram provenientes do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Previdência e Poupança (SBPE) (BONDUKI, 2002).

Neste contexto, a Frente de Trabalho que mais obteve destaque foi a denominada de Frente de Trabalho João XXIII atuante na conhecida favela do Morro ou favela do Pinto e Aparecida, no atual bairro de Mãe Luíza. A importância da atuação desta Frente e sua colaboração na efetivação das obras para o melhoramento da favela puderam ser percebidas em publicações, da própria Igreja, em que a situação da localidade foi exposta antes das intervenções:

Nas favelas existentes (...) Aparecida e Mãe Luiza nos lugares de supra citados sobrevivem em condições sub-humanas, cerca de 14.000 pessoas. Dos 2.500 barracos apenas 100 estão saneados (...). Esses aglomerados humanos estão ligados à Cirolândia, sendo gritante o contraste. Ali o que se vê é fome, a mortalidade infantil, o desemprego, o analfabetismo, a doença, a falta d'água, falta de saneamento, campo fácil à prostituição e à iniciativa ao crime (A ORDEM, 26/02/1966, manifesto).

Dentre as obras realizadas pela Frente nas favelas em questão, pode-se citar: a pavimentação e abertura de 6 km de estradas; beneficiamento de avenidas, como a Guanabara com aproximadamente 2 km de extensão; a construção de centros comunitários; centros sociais; igreja; cemitério; escolas; centros médico-sanitários; saneamento da área, com a construção de fossas sépticas; implementação de uma indústria artesanal nas imediações da favela; além, é claro, da construção de habitações populares através do sistema cooperativo. (A ORDEM, 1966).

Remoção e/ou capacitação de favelas	
1) Tipo de Ação	☐ Direta ☒ Indireta
2) Abrangência	☒ Parcial ☐ Total
3) Área de Intervenção	☒ Espaço Existente ☐ Novo Espaço
4) Escala da Obra	☐ Habitação ☒ Bairro ☐ Cidade
5) Meios de Atuação	Órgãos ☐ Específicos ☐ Legislação ☐ ☒ Parcerias ☒ Incentivos
6) Agentes Envolvidos	Governo Municipal, Igreja Católica e a população
7) Administrador Responsável	Prefeito Djalma Maranhão
8) Destino da Obra	Essencialmente a população de baixa renda
9) Origem da Verba Utilizada	Outras (obras realizadas em mutirão)

7) Reforma e qualificação higiênica/estética de habitações:

Por fim, e voltadas para a conservação da “fisionomia estética da cidade” (FOLHA DA TARDE, 17/03/1961, p.04) estavam às reformas e qualificações higiênicas e estéticas das residências. Essas intervenções foram realizadas com a justificativa de propiciar o embelezamento da cidade para “os olhos dos turistas”. Assim, foram legitimadas as obras de infra-estrutura, renovação e melhorias das residências, realizadas pelo então prefeito Djalma Maranhão.

Um dos principais alvos das intervenções eram as moradias de taipa, discriminadas pela opinião pública em geral, que ocupavam ruas inteiras sem a mínima infra-estrutura e agredindo a “vista da população” – consolidando uma ação crítica recorrente desde o fim do século XIX. As habitações em alvenaria que possuísem apenas um único grande cômodo, no qual eram desenvolvidas as atividades de “habitação, local de trabalho e espaço aberto ao público” (TRAMONTANO, 1998, p.04), também foram focadas por essa linha de atuação.

As intervenções aconteceram principalmente no bairro de Mãe Luíza, Rocas, Nova Descoberta e Morro Branco, próximos aos bairros nobres e a pontos turísticos da cidade – Petrópolis e praia do Pinto. Nesta linha, merecem destaque às obras efetivadas nas favelas de Mãe Luíza e Aparecida. O artigo publicado em um jornal oposicionista exprime bem esta intenção:

O interesse do Prefeito Djalma Maranhão em concentrar as credenciais das favelas próximas à Praia do Pinto, está na famosa praia [...] que será em futuro não longínquo, o mais lindo e mais aprazível recanto da cidade, o encontro do turista e o paraíso da *hight society* natalense (...) (FOLHA DA TARDE, 18/04/1961, p.02).

As adequações eram representadas na maior parte dos casos por: aberturas de janelas em cômodos com pouca iluminação e ventilação; revestimento de pisos; transferência de latrinas; instalação de fossas sépticas e construção de platibandas nas fachadas principais; que, de certa forma, acabaram por melhorar as condições de vida da população carente de Natal, aproximando-as do modelo de família moderna definido pelas classes dominantes (TRAMONTANO, 1998).

Reforma e qualificação higiênica/estética de habitações	
1) Tipo de Ação	☒ Direta ☐ Indireta
2) Abrangência	☐ Parcial ☒ Total
3) Área de Intervenção	☒ Espaço Existente ☐ Novo Espaço
4) Escala da Obra	☒ Habitação ☐ Bairro ☐ Cidade
5) Meios de Atuação	Órgãos Específicos ☐ Legislação ☒ ☐ Parcerias ☐ Incentivos
6) Agentes Envolvidos	Governo Municipal
7) Administrador Responsável	Prefeito Djalma Maranhão
8) Destino da Obra	Essencialmente a população de baixa renda
9) Origem da Verba Utilizada	Governo Municipal

 Em fins da década de 1950, Natal viu-se diante de um quadro precário, caracterizado por crise nos serviços e pela precariedade da infra-estrutura, que se confrontava com os anseios da elite que a administrava.

Nesse contexto, três vertentes balizavam os discursos e as ações dos seus governantes, as quais, a imprensa local convencionou chamar de “projetos de modernização”. O primeiro dos projetos se referia ao desejo de dotar a cidade de toda infra-estrutura necessária a instalação de indústrias na localidade – processo já consolidado em diversas cidades do Brasil. Em segundo plano, estava o desejo de transformar a capital norte-riograndense num grande pólo turístico do país, valorizando a beleza de suas paisagens naturais e embelezando a urbana. Num terceiro patamar e diretamente associado ao segundo projeto estava o anseio de retirar a população carente das áreas das elites, afastando-a para longe dos seus olhos e dos “olhos dos turistas”, ou adequando-as aos seus modelos de moradia e de vida.

A ocorrência da grande seca de 1958 e as conseqüentes migrações exacerbaram ainda mais o problema da falta de infra-estrutura de Natal, ao mesmo tempo em que contribuiu para o seu crescimento físico-espacial; verbalizado pelo aumento do número de favelas e ocupações irregulares na cidade.

Mais especificadamente, essa conjuntura acabou por gerar uma população mal alojada em habitações precárias, que passaram a constituir uma grave ameaça à imagem e à saúde pública. Foi desencadeada então uma crise habitacional e junto a

ela uma maior segregação social que impedia que as diferentes camadas sociais sofressem da mesma maneira com os efeitos da crise urbana.

A segregação garantiu à elite, como em outros momentos da história da cidade, áreas de uso exclusivo, livres da deterioração e longe dos incômodos causados pelos aglomerados pobres (CORREIA, 2004). Situação essa agravada pela criação de bairros exclusivos à elite e de bairros destinados aos operários, como foi o caso da Cidade da Esperança. Bonduki (2002), afirma que esse processo segregador fazia parte de um projeto sempre presente no corpo de idéias urbanísticas das elites dirigentes, que foi lentamente sendo implantado em todo o país.

Percebeu-se, que da mesma forma que nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo da década de 1940, as favelas que surgiram na capital norte-riograndense – Novo Mundo, Aparecida, Mãe Luíza, Passo da Pátria, Nazaré, Dom Eugênio e Brasília Teimosa – foram frutos da uma crise habitacional e expressavam a escassez de moradias destinadas à classe baixa e aos migrantes que chegavam à cidade, ao mesmo tempo em que representavam a resistência da população em deixar as áreas centrais e se mudar para a periferia da cidade.

Constatou-se também que embora já existissem habitações precárias em Natal, elas somente passaram a serem consideradas um problema urbano quando se mostraram um empecilho ao projeto da elite política na época; tornando-se um dos seus principais objetos de interesse na cidade nesse momento.

As soluções empregadas por parte da administração pública ao problema de moradia verificado no período, resumem-se a sete frentes: a produção de habitações com subsídio ou financiamento público e concessão de terras para a construção da casa própria; a criação de bairros, conjuntos e loteamentos na periferia; a construção de abrigos temporários; a concessão de terrenos para a construção de moradias para a população carente; desapropriação de terrenos para loteamentos e distribuição gratuita desses; remoção ou capacitação de favelas; além de melhoramentos construtivos/ estéticos nas residências que não condiziam com os padrões determinados pelas elites para a cidade.

Para a realização dessas obras, contou-se com o empenho dos governos estadual e municipal, das parcerias com agentes financiadores nacionais e internacionais, como a USAID, além do apoio dado pela Igreja Católica – que mudará seu papel para agente social a partir da década de 1940 – e da participação popular. Foram também criadas instituições de âmbito estadual, como o Instituto de Previdência Social (1962) e a Fundação da Casa Popular do Rio Grande do Norte (1963).

Nesse sentido, merece destaque a atuação do prefeito Djalma Maranhão. Inseridas no conjunto de suas propostas e ações no campo da habitação estavam: a urbanização dos novos bairros Praia do Forte e Mãe Luíza; das vilas de Parnamirim, Ponta Negra, Redinha e Igapó; a construção de abrigos para mendigos e flagelados; a ampliação do sistema das linhas de ônibus e da rede elétrica; e a doação de terrenos do patrimônio municipal, em Mãe Luíza,

Lagoa Seca, Alecrim e Tirol, para os Institutos de Previdência Social e Pensão que operavam com a carteira Imobiliária do Município para a construção exclusiva de vilas e conjuntos operários, além, de uma reforma legislativa.

Dessa maneira, as ações efetivadas pela elite administrativa frente a crise habitacional evidenciada em fins da década de 1950, possibilitaram a qualificação do espaço urbano de Natal, necessária a instalação das indústrias, e o embelezamento da capital requerida pelas elites para o desenvolvimento da atividade turística no local.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BENCLOWICZ, C. M. **Prelúdio Modernista**: construindo a habitação operária em São Paulo. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: FAU-USP, 1989.
- BLAY, Eva Alterman (org.). **A luta pelo espaço**: textos de sociologia urbana. Rio de Janeiro: Vozes, 1978. 179p.
- CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: 2000.
- HOBSBAWN, E. **Era dos Extremos**: o breve século XX (1914-1991). Cap. 10: A Revolução Social. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 282-336.
- LEMOES, C. **Alvenaria burguesa**. São Paulo: Nobel, 1985.
- MACHADO, Roberto. **Da (n)ação da norma**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa – Omega, 1979.
- MONTALI, L. **Família e trabalho na reestruturação produtiva**: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais v. 15 n. 42. Internet: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1736.pdf>.
- PERROT, M. **Maneiras de Morar**. In: PERROT, M. (org.) História da vida privada. V. 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 307-323.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; AZEVEDO, Sérgio de. **A crise da moradia nas grandes cidades**: da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro: EDUFRRJ, 1996. 283p. p.13-32.
- SOMEKH, Nadia. **A cidade vertical e o urbanismo modernizador**. São Paulo: EDUSP; Estúdio Nobel; FAPESP, 1997.
- SOUZA, Ângela Godilho. **Limites do Habitat**: segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX. Salvador: EDUFA, 2000.
- TASCHNER, S. P. **Família, habitação e dinâmica populacional no Brasil atual**: notas muito preliminares. In: GORDILHO-SOHA, A. Habitar Contemporâneo. Novas questões no Brasil dos anos 90. Salvador: UFBA, FAUFBA, LAB Habitar, 1997.
- VALADARES, Lícia do Prado. **Habitação em questão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

PUBLICAÇÕES CITADAS:

ALMEIDA, Caliane Christie Oliveira de. **Os caminhos da habitação**: um panorama geral das intervenções estatais, Natal (1889-1964). Natal, 2005. (Monografia – Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2005. 125p.

ALVES, Aluizio. **O que eu não esqueci**: reminiscências políticas (1933-2001). Rio de Janeiro: Leo Cristiano Editorial, 2001.

BANCO DE DADOS HCURB. Natal: UFRN/Departamento de Arquitetura, 2005.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade: FAPESP, 2002.

CORREIA, Telma de Barros. **A construção do habitat moderno no Brasil – 1870-1950**. São Carlos: Rima, 2004.

DANTAS, Ana Caroline de Carvalho. **Sanitarismo e planejamento urbano**: a trajetória das propostas urbanísticas para Natal entre 1935 e 1969. 2003. Tese (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 243p.

DANTAS, George Alexandre Ferreira. **Natal “Caes da Europa”**: o Plano de Sistematização no Contexto da Modernização da Cidade (1920-1930). Monografia de Graduação. Natal, UFRN, 1998.

FERREIRA, Angela Lúcia de Araújo. et al. **Uma cidade Sã e Bela**: a trajetória do saneamento de Natal entre 1850 e 1969. Natal: CAERN, 2003. (no prelo).

PAIVA, Marlúcia. A Igreja dos anos 50: o Movimento de Natal. In: **Igreja e política no RN**. Natal: Sebo Vermelho, 2000. 203p. p.15-40.

PERUZZO, Dilvo. **Habitação**: controle e espoliação. São Paulo: Cortez Editora, 1984. 133p.

SAMPAIO, Ruth Amaral de (org.). **A promoção privada de habitação econômica e a arquitetura moderna**. São Paulo: Rima, 2002.

TRAMONTANO, M. **Paris-São Paulo-Tokyo: novos modos de vida, novos espaços de morar**. Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 1998.

VAZ, Lillian Fessler. **Modernidade e moradia**: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002. 180p. p.145 – 172.

PERIÓDICOS:

ALBERGUE noturno: A "Campanha do Tijolo" será iniciada amanhã. **Jornal de Natal**, Natal, 15 de dez.1951. n.575, p.04.

ALUIZIO Alves revela a imprensa. **A Ordem**, Natal, 07 mar.1964. n.5586, p.05.

A ORDEM, Natal-RN. Publicação diária. 1960-1966.

A REPÚBLICA, Natal-RN. Publicação diária. 1950-1966.

A. Z. Observação do dia. **Tribuna do Norte**, Natal, 08 fev.1952. n.544, p.04.

CASA própria para os aeroviários / O Governo doou o terreno à CAPSATC. **Tribuna do Norte**, Natal, 03 jan.1953. n.799, p.04.

EM NATAL o presidente do IPASE. **Jornal de Natal**, Natal, 11 dez.1954. n.991, p.01-04.

ESTABELECIMENTO de normas para construções na Avenida Circular. **Jornal de Natal**, 18/05/1954, n.851, p.04.

FOLHA DA TARDE, Natal-RN. Publicação diária. 1953-1958.

JORNAL DE NATAL, Natal-RN. Publicação diária. 1950-1966.

NA CAMARA Municipal. **Jornal de Natal**, 03/08/1955, n.1174, p.04.

SÉRGIO, Ivan. “Cidade da Esperança” é realidade. **A Ordem**, nº 5628, p.2-5, 02/01/1965.

TÓPICOS. **A Ordem**, 28/10/1952, n.5004, p.04.

VAI CONSTRUIR o IAPC um grupo residencial no Tirol. **Tribuna do Norte**, 26/03/1953, n.864, p.08.

VILA FERROVIARIA... **Jornal de Natal**, 24/12/1954, n.1000, p.03.

DEMAIS REFERÊNCIAS:

NATAL. Decreto n.859, de 19 de junho de 1958. **A República**, Natal, 20 jun.1958. n.1340, p.01.

NATAL. Leis e Decretos. Natal: Departamento de Imprensa, 1950-1966.

RIO GRANDE DO NORTE. **Mensagens apresentadas à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte**. Natal: Departamento de Imprensa, 1950-1966.

